

Os encargos decorrentes da referida requisição serão suportados pelo orçamento afecto à Estrutura de Missão para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

29 de Junho de 2007. — Pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Manuel Lobo Antunes*, Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

#### Despacho n.º 17 617/2007

Ao abrigo do n.º 3, da alínea b) do n.º 8 e do n.º 13 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2006, de 29 de Dezembro de 2005, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, de 16 de Janeiro de 2006, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do despacho n.º 11 539/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de Junho de 2007, determina-se que o inspector superior do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna Carlos Alberto Matos Moreira seja destacado para exercer funções na Estrutura de Missão para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, ficando colocado na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, REPER, com efeitos a partir de 1 de Julho até 30 de Setembro de 2007, sendo equiparado à categoria de conselheiro técnico principal do quadro do pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros para efeitos de pagamento dos abonos de representação e habitação.

Este destacamento visa a substituição temporária da Dr.ª Cláudia Henriqueta Ferreira Baptista de Faria, inspectora do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna, a desempenhar funções de conselheira técnica principal na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, REPER.

Os encargos decorrentes do referido destacamento serão suportados pelo Ministério da Administração Interna, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

29 de Junho de 2007. — Pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Manuel Lobo Antunes*, Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### Despacho n.º 17 618/2007

Considerando que, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, e por despacho da directora-geral da Administração e do Emprego Público de 6 de Junho de 2007, foi Luís Filipe Martins de Brito afecto ao quadro transitório criado na Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público;

Considerando o interesse manifestado pela Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros na integração do referido funcionário no seu quadro de pessoal:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, determina-se:

1 — A integração do funcionário Luís Filipe Martins de Brito em lugar a acrescer automaticamente ao quadro de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, na carreira técnica superior, categoria de técnico superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400.

2 — A integração produz efeitos a 29 de Junho de 2007.

28 de Junho de 2007. — A Directora-Geral da Administração e do Emprego Público, *Teresa Nunes*. — O Director-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, *Luís Pinto*.

### Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

#### Despacho n.º 17 619/2007

Para efeitos do n.º 2 do artigo 10.º do Código do IRC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, reconhece-se à Associação Dr. Manuel Luciano da Silva, com o número de identificação de pessoa colectiva 504239716, com sede no Apartado 185, Cavião, São Pedro de Castelões, 3730-901 Vale de Cambra, a isenção de IRC, nos termos e com a seguinte amplitude:

Categoria B — rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;

Categoria E — rendimentos de capitais, com excepção dos provenientes de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;

Categoria F — rendimentos prediais;

Categoria G — incrementos patrimoniais.

Esta isenção aplica-se a partir de 4 de Março de 2005, data em que o despacho do Primeiro-Ministro, de reconhecimento como pessoa colectiva de utilidade pública, foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 45, de 4 de Março de 2005, ficando condicionada à observância continuada dos requisitos estabelecidos nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do artigo 10.º do IRC, com as consequências, em caso de incumprimento, previstas nos n.ºs 4 e 5 desta disposição.

11 de Julho de 2007. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *João José Amaral Tomaz*.

### Direcção-Geral dos Impostos

#### Aviso (extracto) n.º 14 509/2007

Por despachos da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e do director-geral de Viação de 30 de Março e de 28 de Junho de 2007, respectivamente, foi autorizada a requisição da técnica superior de 2.ª classe Isabel Maria Seco Neves, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Viação, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral com afectação à Direcção de Finanças de Coimbra, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Agosto de 2007.

2 de Julho de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

#### Aviso (extracto) n.º 14 510/2007

Por despachos do director-geral dos Impostos e do inspector-geral de Finanças de 29 de Maio e de 5 de Julho de 2007, respectivamente, foi autorizada a requisição da inspectora de finanças superior Maria Isabel Vicente Pereira, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral de Finanças, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral com afectação à Direcção de Finanças de Leiria, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Agosto de 2007.

9 de Julho de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

#### Aviso (extracto) n.º 14 511/2007

Por despachos da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e do reitor da Universidade Nova de Lisboa de 6 de Março e de 2 de Julho de 2007, respectivamente, foi autorizada a requisição do especialista de informática do grau 1, nível 3, José Manuel de Almeida Assunção, do quadro de pessoal da Universidade Nova de Lisboa, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral com afectação à Direcção de Finanças de Santarém, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 16 de Julho de 2007.

11 de Julho de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

#### Aviso (extracto) n.º 14 512/2007

Por despacho da subdirectora-geral de 16 de Julho de 2007, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, é nomeado definitivamente, após aprovação em estágio, na categoria de engenheiro técnico de 2.ª classe, da carreira técnica, da área de instalações, António Jorge da Costa Santos, ficando colocado nos Serviços Centrais.

16 de Julho de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

### Direcção-Geral do Orçamento

#### Despacho (extracto) n.º 17 620/2007

Por meu despacho de 29 de Junho de 2007, autorizo a licenciada Margarida de Fátima Leal Salvação Claro, assessora de orçamento e conta principal, da carreira de técnico superior de orçamento e conta, do quadro da Direcção-Geral do Orçamento, a passar à situação de licença sem vencimento por um ano, nos termos dos artigos 73.º-A e 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto, com efeitos a 16 de Julho de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Julho de 2007. — O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento*.